

Um estudo de caso sobre inclusão de pessoas com deficiência visual na EMUFRN

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

SUBÁREA: Inclusão

Maurício Eslabão da Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
mauricio.eslabao.074@ufrn.edu.br

Resumo. Este estudo de caso apresenta parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de mestrado, objetivando compreender, a partir das perspectivas dos estudantes com deficiência visual matriculados na EMUFRN e dos gestores do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão - SEMBRAIN, o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual na comunidade, nas atividades acadêmicas antes e durante a Pandemia de COVID-19. A metodologia utilizada para a construção de dados deste estudo de caso apresenta como ferramenta de construção de dados entrevistas semiestruturadas com os estudantes com deficiência visual do curso de Licenciatura em Música da EMUFRN e com os gestores do SEMBRAIN. Como resultado são apresentados alguns dos desafios e soluções encontradas pela comunidade acadêmica neste processo de inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior em música. Ao final, são abordadas perspectiva futuras de inclusão das pessoas com deficiência visual na EMUFRN.

Palavras-chave. Inclusão, Ensino superior, Deficiência visual.

Title. A case study on the inclusion of visually impaired people at EMUFRN

Abstract. This case study presents part of the results obtained in a master's research, aiming to understand, from the perspectives of visually impaired students enrolled at EMUFRN and the managers of the Braille Musicography and Inclusion Support Sector - SEMBRAIN, the process of inclusion of visually impaired people in the community, in academic activities before and during the COVID-19 Pandemic. The methodology used for the construction of data in this case study presents as a tool for data construction semi-structured interviews with students with visual impairments of the Degree in Music at EMUFRN and with the managers of SEMBRAIN. As a result, some of the challenges and solutions found by the academic community in this process of including people with visual impairments in higher education in music are presented. At the end, future perspectives of inclusion of people with visual impairments in EMUFRN are discussed.

Keywords. Inclusion, Higher education, Visual impairment.

Introdução

A discussão acerca da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior tem se fortalecido nos últimos anos mediante estudos e políticas que buscam eliminar as barreiras que, por muito tempo, segregaram e dificultaram o acesso e permanência destas em cursos universitários. Estas mudanças evidenciaram a necessidade de adequação das universidades para incluir.

Os documentos internacionais apontam para essa perspectiva de inclusão e acesso à educação, sendo alguns destes mais abrangente e outros evidenciando o direito da pessoa com deficiência à instrução. Como exemplo temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, afirme no seu Artigo 26 que

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta [sic.] baseada no mérito. (ONU, 1948).¹

Sob a mesma premissa a Declaração Mundial sobre “Educação para Todos”, que no artigo 2, afirma que é necessário

Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. (UNESCO, 1990).²

Estes documentos abriram caminho para que o reconhecimento do direito de acesso à educação para as pessoas com deficiência. Como marco deste reconhecimento a Declaração de Salamanca aborda a necessidade da inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial,

¹ Documento on-line não paginado.

² Documento on-line não paginado.

em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (UNESCO, 1994).³

Segundo a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, o Estado tem o dever de garantir "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1996). E, com a Lei 12.711/2012, foi regulamentado o sistema de cotas no ensino superior, e assim, podemos perceber o avanço do acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. Como exemplo temos o Censo do Ensino Superior aponta que nos anos 2000 existiam 2.173 estudantes matriculados, e este número aumentou quando comparado ao Censo do Ensino Superior 2017 que atualiza o quantitativo para 38,272 matriculados, o que atesta um crescimento de 1.782,19% em 18 anos.

Com esse avanço no acesso aos cursos superiores, as universidades passaram a ter a necessidade de discutir acerca de inclusão. Algumas instituições como a UFRN sentiram a necessidade de se adaptar para receber estes estudantes antes da lei de cotas, pois já tinham estudantes com deficiência em seus cursos regulares.

Nesta instituição, em 2005, 7 anos antes da lei de cotas, era apresentado ao PPGED – Mestrado em Educação, uma dissertação (FORTES, 2005) acerca da inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino superior. Por consequência, mecanismos voltados para a inclusão vêm sendo criados para atender a este público.

Sendo assim, este estudo de caso apresenta parte dos resultados obtidos em uma pesquisa de mestrado (FONSECA, 2022), objetivando compreender, a partir das perspectivas dos estudantes com deficiência visual matriculados na EMUFRN e dos gestores do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão - SEMBRAIN, o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual na comunidade, nas atividades acadêmicas antes e durante a Pandemia de COVID-19.

Metodologia

Este trabalho é derivado da dissertação de mestrado (FONSECA, 2022) que buscou compreender como tem ocorrido a inclusão das pessoas com deficiência visual no ensino superior em música na EMUFRN. A pesquisa aqui apresentada utilizou-se da abordagem qualitativa, pois, nesta abordagem

³ Documento on-line não paginado.

[...] o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, temos os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: 1) a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; 2) o registro de dados ou informações coletadas; 3) a interpretação/ explicação do pesquisador. (GUERRA, 2014, p.11)

Continuando com nossas reflexões, o termo *pesquisa qualitativa* se apresenta sob a perspectiva de Strauss e Corbin (2008), pois, esta pesquisa não conseguiria se aprofundar nos resultados por meio de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação, pois sua riqueza está amparada na análise interpretativa das pessoas e das instituições estudadas.

Para compreender o processo de inclusão o método de pesquisa o *estudo de caso* foi escolhido. Trata-se de um método que “investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.” (YIN, 2015, p.17).

Os atores sociais desta pesquisa foram as pessoas com deficiência visual que fazem curso de Licenciatura em Música na UFRN e os gestores do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão – SEMBRAIN. Gostaria de ter incluído os docentes da instituição, mas fiquei incapacitado de inseri-los nesta pesquisa por conta da adequação ao modelo remoto emergencial proposto pela pandemia. Entretanto, pretendo fazer uma pesquisa com estes atores num futuro próximo.

Como técnica de construção de dados principal utilizamos entrevistas semiestruturadas, visando entender a ligação dos atores em sua relação com o campo empírico. Por conta da necessidade do distanciamento social que a pandemia do COVID-19 nos impôs, as entrevistas foram feitas através de Videoconferências na Plataforma Google Meet, sendo gravadas em áudio e vídeo.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ ou coletiva. (CRUZ NETO, 1994, p. 57).

Os eixos centrais destas entrevistas com estudantes estavam focados (1) no processo de inclusão na EMUFRN; (2) as adaptações às aulas remotas emergenciais; e (3) a estrutura e organização da universidade para promoção da inclusão. Por outro lado, nas entrevistas com os

gestores do SEMBRAIN as temáticas abordadas eram direcionadas à (1) formação; (2) atuação profissional na EMUFRN; (3) Políticas e ações de inclusão da instituição que promovem a inclusão.

Com base nas respostas e pesquisas a triangulação dos dados, os resultados construídos apontam para o desenvolvimento da inclusão na escola de música e a estrutura que a universidade vem desenvolvendo para proporcionar um espaço de respeito à diversidade.

A UFRN, a escola de música e os mecanismos para inclusão de pessoas com deficiência

Os movimentos de inclusão começaram a ganhar força no Brasil nos anos 1990. De acordo com Sasaki (2005), estes movimentos adquiriram força devido à presença de documentos internacionais significativos, assim como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Estes documentos muito inspirou o Brasil, no sentido de aprovar o Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 2003), e mais tarde, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Por conta das mudanças nos sistemas de ensino a UFRN passou a fazer suas primeiras ações para viabilizar o acesso das pessoas com deficiência.

Segundo o site da SIA – UFRN

A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, em parceria com a Comissão Permanente do Vestibular – COMPERVE, atendendo às prerrogativas da Portaria n.º 1.679, de 2 de dezembro de 1999 do MEC, estabeleceu mecanismos para atender às necessidades das pessoas com deficiência, candidatos ao ingresso à UFRN, no que diz respeito ao processo seletivo do vestibular. (SIA, [201-])

Nos anos seguintes, a instituição realizou diversas ações visando à construção de espaços inclusivos, executando pesquisas, realizando eventos, reformando prédios, criando melhorias através de ações inclusivas. A princípio, a preocupação era

a construção de uma política institucional que respondesse às dificuldades de todos os alunos com necessidades educacionais especiais, que tinham ingressado na UFRN. [...] Apesar dos esforços da Pró-Reitora de Graduação e da dedicação dos membros da comissão, infelizmente as ações ficaram centradas no atendimento educacional dos estudantes com deficiência visual, haja vista ser a prioridade naquele momento. (MELO, 2009, p. 257-258).

Exemplos importantes destas ações foram a Portaria n.º 555/07-R, criando comissão com a finalidade de elaborar proposta de inclusão de alunos com deficiência na

UFRN, e através da portaria Nº 203/10-R a Universidade instituiu a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE⁴ na UFRN com a finalidade de apoiar, orientar e acompanhar a política de inclusão desses estudantes.

Atualmente, a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) tem como objetivos

- Apoiar e orientar a comunidade universitária acerca do processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no ambiente universitário.
- Propor soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação no âmbito da instituição, visando garantir a permanência e a terminalidade com sucesso do estudante com necessidade educacional especial
- Apoiar e orientar os Colegiados de Cursos de qualquer unidade acadêmica, independentemente do nível ou modalidade de ensino na adequação curricular para atender às especificidades do estudante com necessidade educacional especial;
- Acompanhar o desenvolvimento da política de inclusão do estudante com necessidade educacional especial na UFRN, visando contribuir para a tomada de decisões nos vários níveis da instituição. (SIA, [201-])

Com o crescimento do número de estudantes com deficiência na instituição, e levando em consideração as especificidades dos setores e ambientes da universidade. A SIA instituiu redes de apoio conhecidas como Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) nos diversos departamentos para observar, propor e desenvolver mecanismos para a inclusão, além de, servir como “extensões” da SIA dentro dos Departamentos da Universidade. Segundo Ávila *et al.*,

A necessária articulação entre os agentes educacionais a fim de garantir as condições de acessibilidade no âmbito institucional evidenciou a necessidade da criação de uma Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade, uma vez que se compreende que essa tarefa é de corresponsabilidade entre os agentes educacionais, e não, unicamente, do Núcleo de Acessibilidade, atual SIA. (ÁVILA *et al.*, 2021, p. 302).

É importante mencionarmos que, o Departamento de Música da UFRN, possui desde 2014⁵, um setor voltado para a inclusão, o Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN), pois considera-se que as especificidades do ensino de música, e que, a escrita desta para pessoas com deficiência visual são uma necessidade da unidade acadêmica.

⁴ Atualmente conhecida como Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA).

⁵ Ano em que entrou o segundo estudante cego entrou no curso de licenciatura em música.

No contexto de entrada do primeiro estudante cego do curso de Licenciatura em Música, Melo (2011) explica que

era perceptível que, com o ingresso de alunos e professores com necessidades educacionais especiais, a EMUFRN procura atender às reivindicações apresentadas por esses docentes e discentes. Entretanto, as ações que são realizadas somente após a necessidade ser percebida, revelam, mesmo que parcialmente, uma postura historicamente reativa da instituição. (MELO, 2011 p. 52)

Então a presença das pessoas com deficiência visual no Departamento de Música foi parte necessária para que a inclusão fosse pensada e discutida entre docentes e discentes. Proporcionando assim, mudanças estruturais, físicas, arquitetônicas e atitudinais. Desde então, a Universidade tem recebido mais pessoas com deficiência visual. Atualmente o curso de Licenciatura em Música conta com quatro estudantes no Curso de Licenciatura, sendo estes, participantes deste estudo.

Resultados

Os resultados aqui apresentados estão divididos em dois pontos principais, sendo que, a parte inicial (1) tem como foco as falas das pessoas com deficiência visual que estão passando pelo processo de inclusão; e, a parte posterior (2) é focada em pontos levantados pelas falas dos gestores do SEMBRAIN.

Partindo dos dados obtidos através das entrevistas com os estudantes, fica clara a sensação de que estes estão conseguindo ser incluídos no curso. Os estudantes citam adaptações pedagógicas feitas para inclusão em sala de aula, como por exemplo a descrição de slides e atividades pelos professores e colegas, o auxílio em compreender gestos de regência através do toque ou auxílio para fazer os movimentos, além de ferramentas criadas pelos docentes para explicar os conteúdos das disciplinas.

Além das adaptações feitas em sala de aula, os estudantes mencionam a importância da rede de apoio criada pela instituição para dar suporte, as adaptações de materiais e livros feitos através do SEMBRAIN. Em adição, ações da instituição como projetos voltados para tutoria em que os estudantes com e sem deficiência trabalham em conjunto. Dessa forma,

[...] quando eles [professores] chegam, que conversam, que perguntam, que eles me envolvem na aula. Os alunos da mesma forma, quando tem atividades em grupo e coisas assim, que eles chegam: — “[...] o que é que você acha?

Vamos lá!”. Me envolvem naquele trabalho assim. É bem interessante dessa forma, não ser excluída. (Informação verbal)⁶

Este ponto mencionado que faz os estudantes se sentirem incluídos na instituição leva em consideração as relações sociais. Os estudantes comentam sobre a importância das relações docente/discente e discente/discente. Afinal, a educação apresenta um aspecto social que corrobora para o desenvolvimento humano e cognitivo. E as relações reforçam os conhecimentos e aprofundam o diálogo que constrói conhecimentos.

Entretanto, foram citados alguns percalços que ocorreram no processo de formação universitária destes estudantes, dentre eles, são enfatizados as dificuldades encontradas na adaptação quanto ao modelo remoto emergencial. Neste sentido, as dificuldades de acesso a múltiplas plataformas (Google Meet, Google Classroom, Zoom, Moodle, Sigaa, entre outras), as adaptações dos conteúdos ao modelo remoto, a falta de descrição de slides, o atraso em enviar materiais para adaptação, o envio de atividades através de plataformas e sistemas causaram grandes dificuldades na adaptação destes estudantes.

Foram apontados também dificuldades pontuais relacionadas às disciplinas. Na disciplina de Estágio Supervisionado, por exemplo, a adaptação do modelo remoto emergencial fez com que a instituição criasse alguns cursos para que os estudantes tivessem a experiência de docência em tempos da COVID-19. Entretanto, um dos estudantes relatou a dificuldade de ministrar aulas mediada pela Plataformas de vídeo conferência, pois raramente possuía algum retorno dos estudantes e dos colegas. Assim, eles sentiam como se estivesse ministrando aulas “no escuro”. Segundo uma informação verbal, no Estágio Supervisionado I,

inicialmente a gente ia pagar [cursar] presencial, mas por causa da pandemia teve essa pausa. Aí a professora criou um curso para gente ministrar com crianças né [sic.], e para mim, eu acho que para mim foi a pior forma de dar aula possível. Porque eu passava o conteúdo para as crianças né [sic.], eu sempre perguntava para ter um feedback das crianças e as crianças não têm conhecimento assim da deficiência da outra pessoa, eu acho que ela não tem esse convívio. Então para mim foi um processo que eu me senti frustrado, porque eu perguntava às crianças e eles balançavam a cabeça e os outros monitores, os amigos falavam para mim que as crianças balançavam a cabeça confirmando, mas eu não enxergo, então isso foi bem complicado para mim nesse quesito. (Informação verbal).⁷

⁶ Informação verbal fornecida por estudante em entrevista através da plataforma Google meet, em 22 de janeiro de 2021.

⁷ Informação verbal fornecida por estudante em entrevista através da plataforma Google meet, em 22 de janeiro de 2021.

Outra disciplina apontada pelos estudantes em foco foi a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no sentido de que esta, deveria ser uma disciplina voltada para inclusão, devendo ensinar os estudantes a se comunicarem com pessoas da Comunidade Surda. Entretanto, com o ensino remoto emergencial a didática do docente ficou prejudicada por falta de descrição dos movimentos e de poder mostrar de forma tátil, aos estudantes com deficiência visual, como os sinais em LIBRAS eram realizados. Além disso, os estudantes reclamaram do uso excessivo de vídeos didáticos, sem descrição para as pessoas com deficiência visual.

Em outros momentos, provavelmente, por falta de informações por parte dos docentes, foram utilizadas ferramentas digitais em aulas como o *Chrome Music Lab*. Segundo a informação verbal,

O professor apresentou um programinha do *Google o Chrome Music Lab*, não sei se você conhece esse programa, que ele não é acessível. Ele tem umas coisas que dá para eu utilizar, mas ele não fala as coisas e aí dependendo do lugar que eu bater, eu saio da tela. Então tudo isso foi bem frustrante para mim. (Informação verbal).⁸

Essa ferramenta é muito útil no contexto de ensino remoto, entretanto, os estudantes relatam que ela não oferece suporte total aos leitores de tela que estes utilizam, causando assim, dificuldades e momentos de frustrações. Desse modo, a escolha das ferramentas utilizadas em sala de aula deve contemplar as necessidades dos estudantes com e sem deficiência para que estes se sintam incluídos.

De maneira geral, os estudantes comentam que alguns dos docentes demoram a enviar seus materiais para adaptação ao SEMBRAIN e por causa disso, acabam por assistir aulas sem acesso aos mesmos materiais que os outros estudantes. Então, conseguimos perceber que, nem todas as dificuldades são oriundas do ensino remoto emergencial.

Partindo então para os dados construídos nas entrevistas com os gestores do SEMBRAIN. Eles abordaram, a princípio, como eles tem observado o movimento de inclusão na EMUFRN. Todos concordam que a presença da pessoa com deficiência é enriquecedora para a construção de uma cultura de respeito à diversidade e, efetivamente, inclusiva. Um exemplo prático da mudança é que na necessidade de atravessar a rua em frente à escola de música

[...] antigamente era um monitor da gente que saía correndo, atravessava a rua para auxiliar o aluno a atravessar. Eles sabem atravessar, mas nem sempre quem tá vindo no carro tem essa sensibilidade e essa percepção de que aquela pessoa é deficiente, que precisa o carro parar, mesmo estando em uma

⁸ Informação verbal fornecida por estudante em entrevista através da plataforma Google meet, em 21 de janeiro de 2021.

passarela de travessia, aquela faixa, né? [...] Hoje, qualquer aluno, quando vê alguém, algum deles, vai lá auxiliar. (Informação verbal)⁹

A heterogeneidade das turmas de graduação apresenta desafios para os docentes, desse modo, a informação acerca da inserção de estudantes com deficiência em suas turmas é parte essencial para que os materiais construídos para as disciplinas sejam adaptados. Nesse sentido, o tempo é essencial para que as adaptações sejam feitas.

Como o período de matrículas é concluído quase na primeira semana das aulas da instituição, muitos dos docentes ainda não se programam para desenvolver estratégias e/ou preparam materiais adaptados para a inclusão destes em sala de aula. Então, a procura pelo SEMBRAIN acaba por acontecer de maneira abrupta e com pouco tempo para desenvolver um plano de ação. Isso acaba por evidenciar a necessidade de formação continuada com os docentes da instituição para atuar com este público. Porém, quando estas formações são oferecidas, a adesão não costuma ser significativa. Então a solução encontrada para incluir momentos breves de formação, visando preparar estes docentes, tem sido a inserção de momentos de discussão e formações curtas nas plenárias do Departamento.

O SEMBRAIN tem como foco principal, na atualidade, a

questão da adaptação de material, porque o aluno tem essa oportunidade de ter o material em pé de igualdade com os outros, respeitando sua especificidade. A gente vê as dificuldades que as pessoas com deficiência visual têm em outros estados, tem até teses e dissertações falando sobre essa problemática, que as pessoas não têm acesso. A música é ensinada de ouvido. (Informação verbal)¹⁰

Os gestores ainda apontam para o papel central dos estudantes com deficiência no contexto de causar mudanças culturais na universidade, logo,

se os alunos participam do máximo de frentes possível, do máximo de momentos possível, os docentes, os colegas estudantes que não são pessoas com deficiência, eles vão começar viver uma prática que envolvem as ações dessas pessoas com deficiência. Então, a deficiência passa a se tornar apenas uma diferença dentro de vários movimentos de um grupo. Então, se a gente pensar cultura só por esse viés de conjunto de práticas, parece bom pensar no desafio de tornar a deficiência apenas uma diferença. E a gente tanto estimula que o aluno seja um agente muito ativo mesmo no processo e que os docentes olhem para isso acontecendo e tentem se envolver da

⁹ Informação verbal fornecida pela Coordenadora em entrevista através da plataforma Google meet, em 20 de março de 2021.

¹⁰ Informação verbal fornecida pela Coordenadora em entrevista através da plataforma Google meet, em 20 de março de 2021.

maneira mais respeitosa possível. E a gente acredita que, aos poucos, a gente vai conseguindo isso devargazinho [sic]. (Informação verbal)¹¹

Podemos afirmar, então, que os estudantes tem desenvolvido papéis ativos na mudança cultural do ambiente universitário pesquisado. E, desse modo, as mudanças vem acontecendo ao mesmo tempo em que os desafios tem sido transpostos.

Considerações finais

O trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência, tem se destacado pelas ações e empenho dos profissionais da educação que têm se debruçado sobre a temática. Mesmo assim, os obstáculos encontrados são consideráveis e tendem a se atualizar com os avanços acarretados pelas transformações construídas neste espaço.

A Institucionalização das CPIAs em conjunto com o trabalho desenvolvido pelo SEMBRAIN, tem proporcionado uma rede de apoio para as pessoas com deficiência na UFRN e na EMUFRN. Levando em consideração que no curso de Licenciatura em Música da UFRN temos, enquanto pessoas com deficiência, somente pessoas com deficiência visual. O papel de adaptação de materiais e suporte aos docentes e discentes proporcionado pelo SEMBRAIN tem contribuído para ampliar a perspectiva de sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência visual. Assim como, as discussões e proposições feitas pela CPIA, tem contribuído para ampliar questões de sensibilização, causando uma mudança no aspecto cultural da unidade acadêmica.

Portanto, o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual na EMUFRN tem acontecido e está em constante desenvolvimento. Mesmo assim, os desafios encontrados evidenciam ser um processo em construção e que ainda temos um longo caminho a percorrer para viabilizar uma inclusão satisfatória aos estudantes com deficiência visual na EMUFRN. Ainda existem muitos desafios a serem superados, muita coisa ainda deve mudar, mas o caminho está em construção.

Entendemos também, que os desafios apresentados durante a Pandemia da COVID 19, causaram prejuízos para as pessoas com deficiência. E que, possivelmente, afetaram mais as pessoas com deficiência do que muitos dos outros estudantes. Por mais que não possamos dizer que estes não foram afetados, a soma dos marcadores de opressão que atingem as pessoas com deficiência tende a ser bem maior.

¹¹ Informação verbal fornecida por Técnico Administrativo, em função de gerência, em entrevista através da plataforma Google meet, em 12 de fevereiro de 2021.



Então, a inclusão tem ocorrido paulatinamente na EMUFRN, mesmo com todas as dificuldades e barreiras que a Pandemia acrescentou. Ainda são necessárias muitas mudanças e adaptações para solucionarem os problemas que se apresentem ao longo dos anos.



Referências

ÁVILA, Giuliana Maria Gonçalves; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. O estudante cego em estágio curricular obrigatório: algumas reflexões a partir de um relato de experiência. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 295-306, 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 152, n. 127, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/07/2015>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994. 80 p.

FONSECA, Mauricio Esclabão da. **A inclusão no ensino superior em música: um estudo com licenciandos com deficiência visual na EMUFRN**. 2022. 139f. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49065>>. Acesso em: 20 Ago. 2022

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **A Inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014. 48 p. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Mapeando, conhecendo e identificando ações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *In*: Lúcia de Araújo Ramos Martins; José Pires; Gláucia Nascimento da Luz Pires; Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo. (org.). **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. 1ed. Natal: Editora da UFRN - EDUFRN, 2009, v. 1, p. 240-277.

MELO, Isaac Samir Cortez de. **Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN: Questões de acessibilidade curricular e física**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14471/1/IsaacSCM DISSERT.p df>.
Acesso em: 09 out. 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 abr.
2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de
Janeiro: WVA, 2002.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o
desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288 p.

SECRETARIA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (SIA). **Ações**. Disponível em:
<https://sia.ufrn.br/acoes.php>. Acesso em: 30 set. 2021.

SECRETARIA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (SIA). CAENE. Disponível em:
<https://sia.ufrn.br/caene.php>. Acesso em: 25 ago. 2021

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das
Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394/PDF/139394por.pdf.multi>. Acesso em:
01 jun. 2022

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades
Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990 - UNESCO Digital Library. Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 03 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN. **Portaria n.
203/2010 – Reitoria, de 15 de março de 2010**. Institui Comissão Permanente denominada
Núcleo de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, vinculada ao
Gabinete do Reitor. Natal: UFRN, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
290 p.